



FORÇA EÓLICA DO BRASIL I.S.A.

CNPJ nº 18.064.652/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

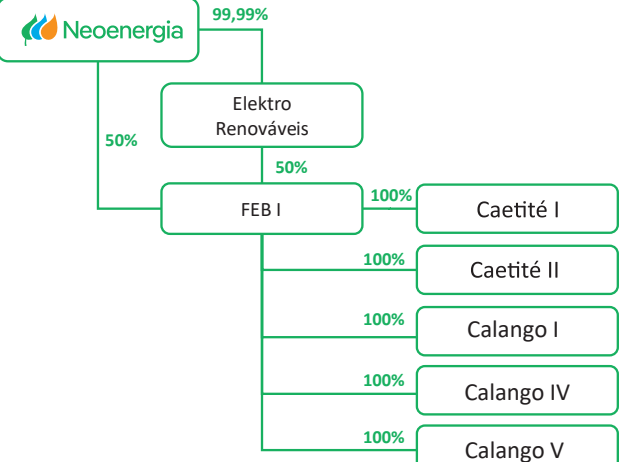
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Força Eólica do Brasil I.S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL I

Força Eólica do Brasil I.S.A. (FEB I) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta de 5 Parques Eólicos: Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados e pela FEB I têm capacidade total instalada de 150MW, um total de 68,8MW médios comercializados e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 1, Calango 4, Calango 5 situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 1 e Caetité 2, na Bahia (BA).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	134.280	132.341	130	130
Custos dos serviços	(63.379)	(56.374)	(256)	-
Custos com energia elétrica	(8.108)	(2.900)	-	-
Custos de operação	(45.271)	(43.474)	(256)	-
Lucro bruto	70.901	75.967	(126)	-
Perda de crédito esperadas	2	(4)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(3.886)	(1.283)	(1.477)	(1.495)
Equivalência Patrimonial	-	-	58.724	66.872
Lucro operacional	67.017	74.680	57.127	65.327
Resultado financeiro	4.234	4.529	1.830	1.612
Receitas financeiras	20.582	23.541	1.806	1.503
Despesas financeiras	(17.549)	(18.807)	(31)	(1)
Outros resultados financeiros, líquidos	201	202	55	10
Lucro antes dos tributos	70.251	79.209	58.957	66.939
Tributos sobre o lucro	7	(11.471)	(177)	45
Corrente	(11.471)	(12.225)	(177)	45
Lucro líquido do exercício	58.780	66.984	58.780	66.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	58.780	66.984	58.780	66.984
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	58.780	66.984	58.780	66.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Força Eólica do Brasil I.S.A. (FEB I) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta de 5 Parques Eólicos: Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam o estado de "Aptos a Operação Comercial", aguardando conexão. Em 2014, os parques Caetité 1 e Caetité 2 entraram em operação comercial, enquanto os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5, continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são as seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Data de Autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Calango 1	Lagoa Nova - RN	28/04/2011	28/04/2046	30,0	13,9
Calango 4	Lagoa Nova - RN	19/05/2011	19/05/2046	30,0	13,5
Calango 5	Lagoa Nova - RN	02/06/2011	02/06/2046	30,0	13,7
Caetité 1	Caetité - BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0	13,0
Caetité 2	Caetité - BA	07/02/2011	07/02/2046	30,0	14,7

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentamos capital circulante líquido ("CCL") negativo de R\$ 40.477 e R\$ 23.495, respectivamente. A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como norte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros e de mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quando a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para o gerenciamento de riscos das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço,

Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica.

No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e os empreendimentos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5 receberam o estado de "Aptos a Operação Comercial", aguardando conexão. Em 2014, os parques Caetité 1 e Caetité 2 entraram em operação comercial, enquanto os parques Calango 1, Calango 4 e Calango 5, continuaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	143	-	-
Receita Operacional Líquida	130	-	-
Margem Operacional Líquida	(126)	-	-
EBITDA	57.284	65.327	(12,3)
Resultado Financeiro	1.830	1.612	13,52
Lucro Líquido	58.780	66.984	(12,25)
Margem Operacional (%)	(96,92%)	N/A	-
Margem EBITDA (%)	44,064,62%	N/A	-
Margem Líquida (%)	45,215,38%	N/A	-

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	394.795	389.244	1,43
Patrimônio Líquido	379.559	363.037	4,55

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	58.780	66.984	58.780	66.984
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	22.731	21.507	157	-
Baixa de ativos não circulantes	87	199	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(58.725)	(66.822)
Tributos sobre o lucro	11.471	12.225	177	(45)
Resultado financeiro, líquido	(3.233)	(4.529)	(1.830)	(1.612)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	1.577	(8.483)	(143)	-
Fornecedores e contas a pagar	9.331	6.322	3.394	2.750
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(3.464)	(4.790)	(870)	(741)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	18.755	13.391	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(15.354)	(21.429)	(2.709)	(1.640)
Caixa gerado (consumido) nas operações	100.681	81.397	(1.769)	(1.126)
Dividendos recebidos	-	-	64.165	56.698
Encargos de dívidas pagas	(11.971)	(13.891)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	20.634	23.065	1.898	1.577
Pagamento de juros - arrendamentos	(2.070)	(2.102)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(7.311)	(8.151)	(21)	(45)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	99.963	80.318	64.273	57.104
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(32.013)	(19.470)	(10.026)	(9.155)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(57.250)	(49.859)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	8.113	61.662	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(8.150)	(7.660)	(10.026)	(9.155)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(26.933)	(26.728)	-	-
Depósitos em garantias	323	568	-	-
Pagamento de principal - Arrendamentos	(777)	(346)	-	-
Remuneração paga aos acionistas	(50.207)	(40.698)	(50.207)	(40.698)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(77.094)	(67.204)	(50.207)	(40.698)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	14.719	5.454	4.040	7.251
Caixa e equivalentes no início do exercício	45.121	39.667	13.948	6.697
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.840	45.121	17.988	13.948
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão ambiental	65	593	-	-
Provisão de desmantelamento	648	1.317	-	-
Fornecedores e contas a pagar (investimento)	-	3.929	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado e controladora	Reservas de lucro						
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	269.976	26.047	26.376	40.638	-	-	363.037
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.780	-	58.780
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	(28.298)	-	-	(28.298)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	-	2.939	-	(2.939)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	-	41.881	(13.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	269.976	26.047	29.315	12.340	-	41.881	379.559
Saldos em 31 de dezembro de 2022	269.976	22.698	16.981	2.351	-	-	31.955
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.984	-	66.984
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 16.2)	-	-	-	-	-	(31.955)	(31.955)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	3.349	9.395	-	38.287	(51.031)	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	(15.953)	-	(15.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	269.976	26.047	26.376	40.638	-	-	363.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TULP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros divida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para



2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecido como receita de venda - e retro arrendamento (<i>“Sale and Leaseback”</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ CPC10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as <i>IFRS Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a <i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras, e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecimento de energia	147.134	144.459
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	2.753	2.153
Outras receitas	143	845
Receita operacional bruta	150.030	147.457
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(15.750)	(15.116)
Receita operacional, líquida	134.280	132.341

3.1 Deduções de receita bruta:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(9.159)	(8.908)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(5.972)	(5.638)
	(15.131)	(14.546)
Encargos setoriais		
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(619)	(570)
	(619)	(570)
Total	(15.750)	(15.116)

3.2 Política contábil e julgamento crítico: a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como substituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(7.228)	(2.162)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾	(906)	(1.579)
Outros	(66)	(51)
Total	(8.200)	(3.792)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(9.158)	(8.265)
Encargos de conexão	(750)	(643)
Total	(9.908)	(9.108)
Total dos custos com energia elétrica	(18.108)	(12.900)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	2024	2023
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Custos de operação		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.054)	(957)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(19.826)	(1.651)
Depreciação e amortização	(22.677)	(54)
Provisão para processos judiciais	-	(863)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.714)	(361)
Total	(45.271)	(3.886)
Outras despesas administrativas		
Outras receitas	(2.011)	(1.579)
Outras despesas	(2.011)	(2.651)
Total	(21.477)	(20.696)

5.1. Serviços de terceiros:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Serviços técnicos e Manutenções	(18.201)	(16.218)
Serviços jurídicos	-	(398)
Consultoria e auditoria	(70)	(270)
Vigilância	(1.195)	(1.159)
Outros serviços	(2.011)	(2.651)
Total	(21.477)	(20.696)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	20.634	23.065	1.898	1.577
(-) Tributos sobre receita financeira	(92)	(74)	(92)	(74)
Outras receitas financeiras	40	143	-	-
Total	20.582	23.134	1.806	1.503
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(3.118)	(15.592)	-	-
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(4.431)	(3.215)	(3)	(1)
Total	(7.549)	(18.807)	(3)	(1)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Outras variações monetárias, líquidas	201	202	55	110
Total	201	202	55	110
Resultado financeiro líquido	3.234	4.529	1.830	1.612

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação; (2) Inclui IOF, atualização de desmantelamento e do passivo de arrendamento.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	70.251	79.209	58.957	66.939
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(23.885)	(26.931)	(20.045)	(22.759)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	101	-	101
Resultado de participações societárias	-	-	19.967	22.719
Diferença de presunção de base do lucro presumido	12.514	14.623	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	21	20	21	20
Outras adições (reversões)	(121)	(38)	(120)	(36)
Tributos sobre o lucro	(11.471)	(12.225)	(177)	45
Alíquota efetiva	16,33%	15,43%	0,30%	(0,07%)

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	12.496	8.587	2	1.122
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	1.752	-	1.752
Fundos de investimento	47.344	34.782	17.988	11.074
Total	59.840	45.121	17.988	13.948

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,90% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Carteira Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	47.344	34.782	17.988	11.074
Total	47.344	34.782	17.988	11.074

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, incluindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado 2024			Consolidado 2023		
	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Receivável esperadas	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Receivável esperadas
Fornecimento de energia	20.496	(10)	20.486	21.439	(12)	21.427
Comercialização de energia na CCEE	610	-	610	1.246	-	1.246
Total	21.106	(10)	21.096	22.685	(12)	22.673

O *aging* das contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado 2024		Consolidado 2023	
	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Receivável	Perdas de créditos esperadas
A vencer	19.559	(10)	16.268	(10)
Saldos vencidos:	937	-	5.171	(2)
90 dias	-	-	5.171	(2)
entre 181 e 360 dias	612	-	-	-
Acima de 361 dias	325	-	-	-
Total	20.496	(10)	21.439	(12)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE:

	Consolidado 2024		Consolidado 2023	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício				
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(12)	(8)	2	(4)
Saldo final do exercício	(10)	(12)	(10)	(12)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento crítico: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado 2024		Consolidado 2023	
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimentos
Saldo inicial	128.302	122.793	57.250	49.859
Aplicação	-	(81.113)	(61.669)	-
Resgate	-	14.952	17.319	-
Rendimentos	-	119.391	128.302	-
Saldo final	128.302	122.793	10.982	50.859

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 98,86% em 31 de dezembro de 2024 (96,04% em 31 de dezembro de 2023) do CDI e líquidiz diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora 2024		Controladora 2023	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício	345.658	336.484	58.724	66.822
Equivalência patrimonial no resultado	-	-	(62.242)	(57.648)
Dividendos declarados	-	-	342.140	345.658
Saldo final do exercício	345.658	336.484	342.140	345.658

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora 2024		Controladora 2023	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício	15.870	14.920	62.242	57.648
Declarados	-	-	(64.165)	(56.698)
Recebidos	-	-	13.947	15.870
Saldo final do exercício	15.870	14.920	11.919	16.820

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Lucro líquido do exercício
Controladas				
	Participação / Resultado	Circulante	Não circulante	



	Consolidado	
	2024	2023
Processos cíveis	-	64
Processos fiscais	-	1.171
		1.235

15.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Provisão para desmantelamento e ambiental: As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício, como receita líquida. b) Estimativas e julgamentos críticos: (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão para desmantelamento: É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos Caetité 1, Caetité 2, Calango 1, Calango 4 e Calango 5, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 11,87% e 10,55%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratada não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R\$ 269.976, composta por 269.975.810 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cuja composição por acionistas é a seguinte:

	Consolidado	
	ON	ON %
Neoenergia S.A.	134.987.905	50,00%
Elektro Renováveis S.A.	134.987.905	50,00%
Total de ações em circulação	269.975.810	100,0%

16.2 Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	58.780	66.984
Reserva legal	(2.939)	(3.349)
Lucro líquido ajustado	55.841	63.635
Reserva para investimentos	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(38.287)
Lucro líquido a distribuir	55.841	15.953
Remuneração	13.960	15.953
Mínima obrigatória	41.881	-
Remuneração adicional	55.841	15.953
Natureza da remuneração		
Dividendos	55.841	15.656
JCP	-	297
	55.841	15.953

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	15.656	0,0579903
		15.656	
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	14.743	0,0546086
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendo adicional proposto 2022	31.955	0,1183624
CA de 20 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	297	0,001001
		46.995	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	21.909	14.743
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	42.258	47.612
Juros sobre capital próprio declarados	-	297
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	(45)
Pagos no exercício	(50.207)	(40.692)
Saldo final do exercício	13.960	21.909

16.3 Reservas de lucros: **16.3.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. **16.3.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.4 Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	7.938	-	7.938	5.727	-	5.727
	7.938	-	7.938	5.727	-	5.727
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)	3.435	1.042	4.477	1.221	1.114	2.335
Dividendos a pagar (c)	-	13.960	13.960	-	21.909	21.909
Outros passivos (d)	14.444	-	14.444	8.201	-	8.201
	17.879	15.002	32.881	9.422	23.023	32.445

	Controladora					
	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Controlada	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controlada
Ativo						
Contas a receber e outros	143	-	-	143	-	-
Dividendos a receber (e)	-	13.947	-	13.947	15.870	-
	143	13.947	-	14.090	15.870	-
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	-	-	1.034	1.034	-	1.114
Dividendos a pagar (d)	-	-	13.960	13.960	-	21.909
	-	-	14.994	14.994	-	23.023

17.2 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a) / (b)	41.766	-	41.766	35.926	-	35.926
Custos dos serviços (b) / (c)	(8.106)	(74)	(8.180)	(2.901)	-	(2.901)
Despesas gerais e administrativas	(957)	(1.034)	(1.991)	(1.103)	(1.114)	(2.217)
	32.703	(1.108)	31.595	31.922	(1.114)	30.808

	Controladora					
	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Acionista	Total	
Resultado do período						
Receita operacional líquida	143	-	143	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	(1.034)	(1.034)	(1.114)	(1.114)	-
	143	(1.034)	(891)	(1.114)	(1.114)	

17.3 Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba	Contrato de comercialização de energia	IPCA	20 anos	2032	766
b)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	1 ano	2025	3.812
c)	NC Energia	Ressarcimento	IPCA	1 ano	2025	(14.277)
d)	Neoenergia e Elektro Renováveis	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2025	(13.960)
e)	Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2	Dividendos a receber	N/A	N/A	2025	13.947

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	12.496	47.344	10.339	34.782
Títulos e valores mobiliários	-	119.391	-	128.302
Contas a receber de clientes e outros	21.106	-	22.685	-
	33.602	166.735	33.024	163.084
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	16.059	-	13.135	-
Empréstimos e financiamentos	129.976	-	155.439	-
Passivo de arrendamento	14.556	-	14.744	-
Outros passivos financeiros	1.005	-	847	-
	161.596	-	184.165	-

CA - Custo amortizado

VJR - Valor justo por meio do resultado

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	47.344	-	47.344	34.782	-	34.782
Títulos e valores mobiliários	119.391	-	119.391	128.302	-	128.302
	166.735	-	166.735	163.084	-	163.084

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2

Empréstimos e financiamentos

	129.976	129.976	155.439	155.439
--	---------	---------	---------	---------

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e - Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor capturado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	(Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	176.731	21.471	(3.222)	(6.441)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(139.972)	(13.857)	(1.674)	(3.346)

MEMBRAS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
		Xabier Viteri	Presidente
TITULARES			
Solange Maria Pinto Ribeiro	Laura Cristina da Fonseca Porto	Juliano Pansanato de Souza	
DIRETORIA EXECUTIVA			
	Fabiano Uchoas Ribeiro	Diretor Presidente	
Leandro Adzgauskas Montanher	Rodolfo Fernandes da Rocha	Diretor	
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade		Diretora	
CONTADORA			
	Rachel Alves Pascale	CRCh-RJ-nº 115915/O-3	
	Luciana Maximino Maia	Diretora de Contabilidade	

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Força Eólica do Brasil I S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.064.625/0001-52 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propôs sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.
Xabier Viteri Presidente do Conselho
Solange Maria Pinto Ribeiro Conselheiro
Laura Cristina da Fonseca Porto Conselheiro
Juliano Pansanato de Souza Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Força Eólica do Brasil I S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.064.625/0001-55, declaram que: (i